

Boa tarde,

Agradeço a presença de todos.

“Deus é o dono de tudo. Devo a Ele a oportunidade que tive de chegar aqui , pelo trabalho. Muitas pessoas têm muita capacidade, mas não têm essa oportunidade de conviver com vocês. Ele deu-a a mim, não sei por que. Entende que não posso desperdiça-la.”

Eu estava dormindo, após almoçar, quando recebi um telefonema do colega João Batista para comunicar que eu seria homenageado no encontro dos aposentados. Achei tratar-se de uma pegadinha, uma brincadeira, para iniciar alguma conversa. PENSEI, logo eu, não dá para acreditar ! E m seguida, ele me disse que ia passar o telefone para a secretária para que eu relatar o que eu fiz da gestão na presidência da ACOJUST. Engasguei, não consegui falar mais nada. Silenciei. Afinal, já se passaram quase 30 anos. Ela, a secretária, falou que ia ligar de outro telefone, pois a ligação estava muito ruim, não estava ouvindo nada. Retornando a ligação falei qualquer coisa que me veio à mente. É fato, mas, com certeza, eu havia participado de todas as lutas da classe até o último dia de trabalho.

Para mim foi uma honra receber a comunicação do referente colega João Batista, sem dúvida , uma das maiores expressões do sindicalismo brasileiro.

Agradeço , tamanha diferença, pois, certamente se deve mais a generosidade dos colegas, do que propriamente dos meus próprios méritos. Tanta a significação, que jamais ousei imaginar recebe-la.

Compartilhar esse momento com o saudoso Raimundo Nonato Mendes, engrandece a qualquer um. Ele num rompante iluminado, ao invés de ficar inerte no mundo das lamentações foi quem despertou para a necessidade de se construir uma Associação de classe, capaz de resgatar, num propósito consciente, inadiável, a solução das carências, reivindicando da cega Justiça, a solução das necessidades básicas da categoria, órfã. Sem imaginar, plantou uma semente tão seleta, cujo fruto desenvolveu no SINDOJUS-CE, hoje, entidade referência em todo o país.

Tórno, agradecendo a todos os colegas aposentados, quando num gesto de confiança, naquele idos anos, se dignaram levar-me à difícil tarefa de conduzir os destinos da nossa pobre Associação, fraca, debilitada, da qual fui presidente, de 1989 a 1991 e, cujo horizonte, era a expectativa de muita luta, de idealismo, de crença no trabalho e na parceria, com os que se dispunham à luta. Plantamos uma consciência nova, resultando algumas conquistas. Legamos ao sucessor, uma pauta de reivindicações a serem cumpridas. Muitas seguiram avante e se tornaram realidade.

Nasci trabalhador, e fui durante 59 anos. Hoje estou com 75. Só aqui no Tribunal, 29 anos.

Em 1975, ingressei na Faculdade de Direito da UFC e me bacharelei no meio do ano de 1981.

Na Faculdade de Direito, dentre muitos outros, foram meus colegas, os Oficiais de Justiça Francisco Carvalho, depois Juiz. Maria Rodrigues e Gadelha, aqui presentes, que me convenceram a prestar o Concurso para OJ. Em 1980. Em 1981, já com o diploma na mão, fui chamado para assumir como OJ.

Antes, estagiava no escritório de advocacia de um colega. Fiquei em dúvida, mas fui aconselhado a assumir a grata função, para obter mais conhecimento, sobretudo nos tramites processuais. Na minha 1ª. Diligencia fui acompanhado do amigo Laerte, de saudosa memória, que era o atual presidente da Acojust. Logo fui convidado para fazer parte de uma reunião, cujo secretário havia faltado. Convocado pelo presidente, secretariei os trabalhos e, a partir daí, nunca mais me afastei da Associação. Sucederam-se outros presidentes. O desinteresse dos colegas era grande, e após cerca de 7 anos, talvez, chegou o tempo de renovação da Diretoria da Acojust, a época, uma gestão de difíceis resultados. Pairava o desinteresse geral. Não havia mais reuniões, tudo muito parado, daí ninguém se apresentara para compor uma nova Diretoria. Eu e o colega Filomeno, também Bacharel em Direito, estávamos um tanto afastados, empenhados em estudar para prestar concurso, quando o falecido Toscano chamou-me, e perguntou se eu aceitava ser candidato, sem concorrente. Assumi a presidência da Associação com destemor, onde faltava tudo, até papel para se lavrar uma Certidão ou fazer uma audiência. Logo, propus: ou a extinção da Acojust, ou instituímos uma contribuição financeira como suporte para suas necessidades básicas. Proposta aceita por alguns. Vida nova, Um incentivo, e tudo voltou a funcionar. Eu e Filomeno perquerindo a Legislação, descobrimos que no executivo, os servidores de Nivel Superior, do executivo, recebiam gratificação de 20%.

Os Escrivães não tinham NS e se mobilizavam num movimento nacional visando ascenderem ao NS. Principal argumento: tinham fé pública, o poder de certificar, lavrar autos e outros atos de suas competências. Os OJ tinham vencimentos de 2/3 do Escrivão. A nova CF, desvinculava os vencimentos e, a

nova CE, recepcionaria essa norma. Atentos àquelas proposituras, despertamos para os riscos que se avizinhavam. Ora, os OJ, TINHAM ATRIBUIÇÕES ASSEMELHADAS: a Prática de atos processuais, o Poder de Certificar, a Fé Pública, argumentos que eles sustentavam, e, se prestavam a nós, também. Na Justiça Federal, na Justiça do Trabalho, os Oficiais tinham NS. Nos convencemos de que essa luta tinha que ser perseguida. Veio a união de todos que tinham o NS. A bandeira foi levantada. Sofremos dos que não tinham NS, forte oposição. Os Escrivães logo conseguiram seu objetivo. Eles tinham padrinhos muito fortes. O trabalho de bastidores foi feito e exitoso. Do nosso lado, os colegas que não tinham NS, desconhecendo o princípio da isonomia, não acreditavam nisso, e eram maioria suficiente para bombardear na Assembléia Legislativa nosso projeto que tinha tudo para dar certo. Assim fizeram e puseram tudo a perder. Com a chegada de novos concursados, vieram outros graduados, sangue novo. A Associação fortaleceu-se financeira e qualitativamente. Como é do conhecimento de todos, a luta continuou anos a fio, até que na presidência do JB, conquistamos esse Direito, hora, inconstitucionalmente cassado o princípio da isonomia. No caso dos aposentados fere, com a inobservância do art. 40 § 4º, da CF, in verbis: os proventos da aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificarem a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive, quando da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da Lei, extensivos os benefícios aos proventos dos servidores falecidos". Sei que continua sendo meta da atual Diretoria, embora o TJ, venha com o velho chavão que não tem verba para

corrigir tamanha ilegalidade. Como vêm, de tempos em tempos, renascem as mesmas reivindicações. PUXA VIDA, meu Diploma de 1981, voltou a ser UM AMARELADO CANUDO DE PAPEL.

O custeio das diligências, hoje gratificação de Transporte, sempre esteve na pauta. Outra batalha que tem sustentação legal no CPC, e ,está sempre defasada. Parece eterno.

O Diploma Federal que trata da execução Fiscal da União, Estados e Municípios, Lei 6.830, de 22.09.80, no seu art. 13, dispôs, entre outros: ‘o auto de penhora conterá também a AVALIAÇÃO DOS BENS PENHORADOS’

Essa avaliação era feita por peritos, espertos, que eram remunerados.

Como atribuir-nos tamanho encargo, sem a devida contra partida financeira e sem um curso de capacitação. Pleiteamos. Somente anos depois, quando a Avaliação foi estendida a todas as áreas processuais, o curso de Avaliador e a mudança do nome para Oficial de Justiça Avaliador, foi efetivada, sem a retribuição financeira pertinente.

O PORTE DE ARMA

A identidade dos OJs, era emitida pela Associação, assinada pelo Diretor do Fórum e pelo Secretário de Segurança, e, no verso, constava a permissão de portar arma. Existia muita falsificação. Com a chegada dos neófitos, mandamos imprimir na 1ª. Gráfica digital de Fortaleza, em papel especial, com marca d'água, fotos coloridas, a nova cédula. Encaminhadas ao Secretário de Segurança Moroni Torgan, foram retidas, e só liberadas após a comprovação da Lei, por sinal, inexistente naquele momento. Fomos ao Diretor do Fórum, Des. Carlos Facundo, munidos de

Boa tarde,

Agradeço a presença de todos.

“Deus é o dono de tudo. Devo a Ele a oportunidade que tive de chegar aqui , pelo trabalho. Muitas pessoas têm muita capacidade, mas não têm essa oportunidade de conviver com vocês. Ele deu-a a mim, não sei por que. Entende que não posso desperdiça-la.”

Eu estava dormindo, após almoçar, quando recebi um telefonema do colega João Batista para comunicar que eu seria homenageado no encontro dos aposentados. Achei tratar-se de uma pegadinha, uma brincadeira, para iniciar alguma conversa. PENSEI, logo eu, não dá para acreditar ! E m seguida, ele me disse que ia passar o telefone para a secretária para que eu relatar o que eu fiz da gestão na presidência da ACOJUST. Engasguei, não consegui falar mais nada. Silenciei. Afinal, já se passaram quase 30 anos. Ela, a secretária, falou que ia ligar de outro telefone, pois a ligação estava muito ruim, não estava ouvindo nada. Retornando a ligação falei qualquer coisa que me veio à mente. É fato, mas, com certeza, eu havia participado de todas as lutas da classe até o último dia de trabalho.

Para mim foi uma honra receber a comunicação do referente colega João Batista, sem dúvida , uma das maiores expressões do sindicalismo brasileiro.

Agradeço , tamanha diferença, pois, certamente se deve mais a generosidade dos colegas, do que propriamente dos meus próprios méritos. Tanta a significação, que jamais ousei imaginar recebe-la.

Compartilhar esse momento com o saudoso Raimundo Nonato Mendes, engrandece a qualquer um. Ele num rompante iluminado, ao invés de ficar inerte no mundo das lamentações foi quem despertou para a necessidade de se construir uma Associação de classe, capaz de resgatar, num propósito consciente, inadiável, a solução das carências, reivindicando da cega Justiça, a solução das necessidades básicas da categoria, órfã. Sem imaginar, plantou uma semente tão seleta, cujo fruto desenvolveu no SINDOJUS-CE, hoje, entidade referência em todo o país.

Tórno, agradecendo a todos os colegas aposentados, quando num gesto de confiança, naquele idos anos, se dignaram levar-me à difícil tarefa de conduzir os destinos da nossa pobre Associação, fraca, debilitada, da qual fui presidente, de 1989 a 1991 e, cujo horizonte, era a expectativa de muita luta, de idealismo, de crença no trabalho e na parceria, com os que se dispunham à luta. Plantamos uma consciência nova, resultando algumas conquistas. Legamos ao sucessor, uma pauta de reivindicações a serem cumpridas. Muitas seguiram avante e se tornaram realidade.

Nasci trabalhador, e fui durante 59 anos. Hoje estou com 75. Só aqui no Tribunal, 29 anos.

Em 1975, ingressei na Faculdade de Direito da UFC e me bacharelei no meio do ano de 1981.

Na Faculdade de Direito, dentre muitos outros, foram meus colegas, os Oficiais de Justiça Francisco Carvalho, depois Juiz. Maria Rodrigues e Gadelha, aqui presentes, que me convenceram a prestar o Concurso para OJ. Em 1980. Em 1981, já com o diploma na mão, fui chamado para assumir como OJ.

Antes, estagiava no escritório de advocacia de um colega. Fiquei em dúvida, mas fui aconselhado a assumir a grata função, para obter mais conhecimento, sobretudo nos tramites processuais. Na minha 1ª. Diligencia fui acompanhado do amigo Laerte, de saudosa memória, que era o atual presidente da Acojust. Logo fui convidado para fazer parte de uma reunião, cujo secretário havia faltado. Convocado pelo presidente, secretariei os trabalhos e, a partir daí, nunca mais me afastei da Associação. Sucederam-no outros presidentes. O desinteresse dos colegas era grande, e após cerca de 7 anos, talvez, chegou o tempo de renovação da Diretoria da Acojust, a época, uma gestão de difíceis resultados. Pairava o desinteresse geral. Não havia mais reuniões, tudo muito parado, daí ninguém se apresentara para compor uma nova Diretoria. Eu e o colega Filomeno, também Bacharel em Direito, estávamos um tanto afastados, empenhados, em estudar para prestar concurso, quando o falecido Toscano chamou-me, e perguntou se eu aceitava ser candidato, sem concorrente. Assumi a presidência da Associação com destemor, onde faltava tudo, até papel para se lavrar uma Certidão ou fazer uma audiência. Logo, propus: ou a extinção da Acojust, ou instituímos uma contribuição financeira como suporte para suas necessidades básicas. Proposta aceita por alguns. Vida nova, Um incentivo, e tudo voltou a funcionar. Eu e Filomeno perquerindo a Legislação, descobrimos que no executivo, os servidores de Nivel Superior, do executivo, recebiam gratificação de 20%.

Os Escrivães não tinham NS e se mobilizavam num movimento nacional visando ascenderem ao NS. Principal argumento: tinham fé pública, o poder de certificar, lavrar autos e outros atos de suas competências. Os OJ tinham vencimentos de 2/3 do Escrivão. A nova CF, desvinculava os vencimentos e, a

nova CE, recepcionaria essa norma. Atentos àquelas proposituras, despertamos para os riscos que se avizinhavam. Ora, os OJ, TINHAM ATRIBUIÇÕES ASSEMELHADAS: a Prática de atos processuais, o Poder de Certificar, a Fé Pública, argumentos que eles sustentavam, e, se prestavam a nós, também. Na Justiça Federal, na Justiça do Trabalho, os Oficiais tinham NS. Nos convencemos de que essa luta tinha que ser perseguida. Veio a união de todos que tinham o NS. A bandeira foi levantada. Sofremos dos que não tinham NS, forte oposição. Os Escrivães logo conseguiram seu objetivo. Eles tinham padrinhos muito fortes. O trabalho de bastidores foi feito e exitoso. Do nosso lado, os colegas que não tinham NS, desconhecendo o princípio da isonomia, não acreditavam nisso, e eram maioria suficiente para bombardear na Assembléia Legislativa nosso projeto que tinha tudo para dar certo. Assim fizeram e puseram tudo a perder. Com a chegada de novos concursados, vieram outros graduados, sangue novo. A Associação fortaleceu-se financeira e qualitativamente. Como é do conhecimento de todos, a luta continuou anos a fio, até que na presidência do JB, conquistamos esse Direito, hora, inconstitucionalmente cassado o princípio da isonomia. No caso dos aposentados fere, com a inobservância do art. 40 § 4º, da CF, in verbis: os proventos da aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificarem a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive, quando da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da Lei, extensivos os benefícios aos proventos dos servidores falecidos". Sei que continua sendo meta da atual Diretoria, embora o TJ, venha com o velho chavão que não tem verba para

corrigir tamanha ilegalidade. Como vêm, de tempos em tempos, renascem as mesmas reivindicações. PUXA VIDA, meu Diploma de 1981, voltou a ser UM AMARELADO CANUDO DE PAPEL.

O custeio das diligências, hoje gratificação de Transporte, sempre esteve na pauta. Outra batalha que tem sustentação legal no CPC, e ,está sempre defasada. Parece eterno.

O Diploma Federal que trata da execução Fiscal da União, Estados e Municípios, Lei 6.830, de 22.09.80, no seu art. 13, dispôs, entre outros: ‘o auto de penhora conterá também a AVALIAÇÃO DOS BENS PENHORADOS”

Essa avaliação era feita por peritos, espertos, que eram remunerados.

Como atribuir-nos tamanho encargo, sem a devida contra partida financeira e sem um curso de capacitação. Pleiteamos. Somente anos depois, quando a Avaliação foi estendida a todas as áreas processuais, o curso de Avaliador e a mudança do nome para Oficial de Justiça Avaliador, foi efetivada, sem a retribuição financeira pertinente.

O PORTE DE ARMA

A identidade dos OJs, era emitida pela Associação, assinada pelo Diretor do Fórum e pelo Secretário de Segurança, e, no verso, constava a permissão de portar arma. Existia muita falsificação. Com a chegada dos neófitos, mandamos imprimir na 1ª. Gráfica digital de Fortaleza, em papel especial, com marca d'água, fotos coloridas, a nova cédula. Encaminhadas ao Secretário de Segurança Moroni Torgan, foram retidas, e só liberadas após a comprovação da Lei, por sinal, inexistente naquele momento. Fomos ao Diretor do Fórum, Des. Carlos Facundo, munidos de

uma PORTARIA DO Pres. Do TJ de SP, que autorizava os meirinhos dali, a portar arma. Sua Exa discordou, dizendo não concordar com o porte de arma. Fomos execrados pelos colegas daqui, que portavam arma , por “mexer no que estava quieto”.Na Assembléia Legislativa encontramos amparo no amigo Presidente Pinheiro Landim, que sancionou a Lei 11.780, restabelecendo o direito da classe, hoje prejudicada, ante a nova Lei Federal. A luta continua.

O CONSEJU

No inicio do ano de 89, os Deputados Estaduais elaboravam a nova Constituição Estadual, quando fomos convocados, a participar do 1º Congresso Nacional dos Servidores do Poder Judiciário, que resultou na Fundação da FENAJUD – Federação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário. Comparecemos à cidade de Campo Grande MS, eu, Presidente da ACOJUST, Francisco Dutra Rocha, Fátima Aquino e Aluisio Januário, de saudosa memória. Um grande evento. Foram 3 dias de exaustivos estudos, debates de propostas, que envolviam os assuntos atinentes à atividade dos Servidores do Poder Judiciário, movimento sindical, estrutura, as Constituições Estaduais, Autonomia administrativa e Financeira do PJ, Isonomia, Regime Juridico, Plano de Cargos e Carreiras e tudo que se possa imaginar, do nosso interesse. Um legado de metas visando a unificação das Leis a Nivel Nacional. Muito proveitoso.

Rogo da plateia o perdão por extendider-me mais um pouco. O objetivo é dar um exemplo do quanto é difícil a tarefa do dirigente sindical. Requer idealismo, força de vontade, coragem, disposição para a luta.

A situação política do país é sempre traumática, desde que me entendo, e sempre resulta numa ameaça aos direitos dos trabalhadores: na ditadura era – ouro para o bem do Brasil; depois, plano verão, plano cruzado, plano Bresser, plano FHC, Plano Collor, etc. Agora, no novo governo mais um. Todos, sem exceção, começam com a ameaça de suprimir os direitos dos trabalhadores: aposentadoria, estabilidade, revisão de salário, férias, 13º e por aí. Todos sabemos que o principal responsável por esta indigência financeira é a rouboalheira dos políticos e a sonegação fiscal dos grandes empresários que sonegam trilhões em impostos. Os trabalhadores sempre foram o bode expiatório.

Cá ,interna corpore, o sindicato tem um carma para toda a vida; a preocupação, com os mesmos direitos já conquistados, e a cada ano tem que renova-los: gratificação de transportes, ascensão funcional, risco de vida, multas de trânsito, oficiais ad-hoc, concurso de remoção, falta de policiais, NS e por aí vai. Portanto, é necessário a conscientização de todos, uma vigilância diuturna, perene. E tem que correr na frente. Efetuar mobilizações, nem sempre correspondidas. Certas ocasiões, ter que pedir, até pelo amor de Deus, para os colegas compareçam em movimentos como os grevistas. É um árduo trabalho que ainda é alvo de severas críticas de muitos, geralmente os que não colabaram, mas cobram resultados. Vale parabenizar a atual Diretoria pela eficiência e pelo notável trabalho que vem fazendo, notadamente , na minha ótica, em particular, para mim , que estando em casa, observo o conjunto diligente da obra , que acompanho, protagonizado pela eficiente diretoria de Comunicação, que acompanho sempre.

Posso ter cansado a vocês com tanta prolixidade, que eu ainda acho pouco, porém, o objetivo foi apenas de lembrar a todos

como é duro dedicar-se à luta da classe e como legado que sirva de incentivo aos atuais dirigentes e aos que virão

E, para concluir, não poderia faltar com o reconhecimento ao trabalho do meu estimado colega Francisco Dutra Rocha, que já estava aqui quando cheguei, a quem parabeno, e dou testemunho vivo das suas qualidades profissionais, do amor e disposição que tem emprestado, principalmente a nós – os aposentados. Não fora êle nessa diretoria representativa dos aposentados, talvez não estivéssemos aqui nesta festa, pois – “longe dos olhos, longe do coração”. E quem não é visto não é lembrado”.

Encerro dizendo que com certeza, nenhum dever é mais importante que a gratidão. A Deus por ter me conduzido a trabalhar como Oficial de Justiça ,com dignidade, com amor ao trabalho, idealismo dos engajados nas lutas da classe. Meu desejo nunca foi egoísta. Teve o condão de unir forças para o bem comum. Daqui tirei o meu sustento. Criei meus 5 filhos, todos muito bem encaminhados. Nada devo a ninguém, que eu saiba. Posso dizer que do fundo do meu coração que o mais importante de tudo que ganhei aqui foi a amizade de vocês PARA SEMPRE.

OBRIGADO!!!!!!!!!!!!!!